

Ensino de literatura: dos estudos de gênero à historiografia*

*Carlos Magno Gomes***

RESUMO: Este ensaio apresenta a importância das historiografias de autoria feminina para um ensino de literatura inclusivo. Pelas inovações dos estudos comparados, no primeiro momento, debatem-se como abordagens ideológicas as propostas pelos Estudos de Gênero, flexibiliza-se o conceito de cânone e de texto literário. Depois, ressalta-se a relevância das historiografias de escritoras excluídas como uma prática pedagógica inovadora. Por último, apresenta-se o modelo de resgate da obra de Alina Paim, feito por Elódia Xavier. Metodologicamente, explora-se o conceito de flexibilização do cânone proposto por Eduardo Coutinho e de resgate por Zahidé Muzart.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, resgate, estudos de gênero.

ABSTRACT: This essay shows the importance of the female author ship historiographies towards a inclusive literature teaching. From the innovations of the comparative studies, at first, it is discussed how the ideological approaches, proposed by Gender Studies, make flexible the concept of canon and literary text. Then, it is emphasized the relevance of historiographies of excluded female writers as an innovative pedagogical practice. Finally, it is presented the model of recovery – done by Elódia Xavier – from Alina Paim’s work. Methodologically, it is explored the concept of flexibilization of the canon, proposed by Eduardo Coutinho, and recovery by Zahidé Muzart.

KEYWORDS: Historiography, Recovery, Gender studies.

* Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nos últimos anos, a Literatura Comparada tem apresentado um leque de opções para a renovação do ensino de literatura ao incluir em sua agenda questões identitárias e culturais próprias dos Estudos Culturais, do Pós-Colonialismo ou do Feminismo. Esse diálogo é profícuo e tem se mostrado eficiente quando se pensa nas historiografias de escritores/as silenciados/as e em uma prática de ensino de literatura inclusivo. A perspectiva ideológica, proposta por esses estudos, questiona as abordagens universalizantes dos estudos tradicionais ao incluir o não hegemônico e o não canônico como parte do debate das fronteiras da literatura. Seguindo essa trilha, a partir das questões de gênero, este artigo propõe uma reflexão sobre a historiografia de autoria feminina brasileira como parte de uma prática cultural de ensino de literatura.

Tal proposta reconhece que o ensino de literatura, enquanto parte da instituição literária, também é atravessado por mecanismos de valorização e interpretação que controlam o cânone e a história da literatura. Todavia, os movimentos interdisciplinares surgidos nos debates acerca das fronteiras do literário nos ajudam a pensar esse ensino como uma prática composta por uma variedade de textos atrelados a discursos distintos. Nesse sentido, partimos da trilha já construída pela abertura dos estudos literários, feita pela valorização das questões ideológicas que possibilitaram “uma avalanche de reflexões sobre o campo literário e seus contextos culturais e institucionais” e, de modo especial, a mudança dos modelos e paradigmas referentes à “tradição, texto, leitura, gosto e valor” (Schmidt, 2010, p. 175).

Essa perspectiva foi ressaltada por Eduardo Coutinho, no encontro preparatório da Abralic, em 2012, em Campina Grande-PB, quando o autor voltou a destacar a importância de outras historiografias para a renovação dos estudos sobre “Literatura e Nação”. Isso foi possível após o questionamento do “conceito hegemônico de nação” quando se passou a “abordar a literatura como uma entre as muitas expressões da afirmação política de cada grupo que compõe o mosaico étnico, cultural, social e linguístico do continente” (Coutinho, 2013, p.

27-8). Essa revisão do conceito de hegemônico passa pelo “deslocamento substancial da definição de literatura como arte ou objeto estético, para a noção de literatura como produção estético-cultural, matéria significativa situada no domínio da cultura” (Schmidt, 2010, p. 174).

Tal perspectiva, influenciada pelos Estudos Culturais, com suas dúvidas e questionamentos, colocou em pauta a interdisciplinaridade e o arejamento dos estudos literários pela “problematização e politização do termo cultura” (Resende, 2005, p. 248). Essa prática interdisciplinar é fundamental para a atualização dos estudos literários, uma vez que evidencia “o caráter fluido e esgarçado das fronteiras que delimitam os espaços disciplinares”, visto agora “como territórios a serem atravessados, cruzados e rasurados por novos sujeitos do conhecimento” (Marques, 1999, p. 62).

Nessa trilha, reconhece-se que a literatura não detém verdades inquestionáveis, mas, sem dúvida trata-se de um sistema estético-cultural que tem suas particularidades, com conhecimentos diferentes que têm a função de desconcertar, incomodar, desorientar ou desnortear seus leitores, visto que pertence ao campo da subjetividade e “porque ela faz apelo às emoções e à empatia” (Compagnon, 2009, p. 50). Ora, reconhecer as especificidades do texto literário é importante, mas para um ensino atualizado é preciso avançar além dessas características com um projeto de intervenção política nas aulas de literatura.

Em oposição a esse pensamento, há os que tentam manter o espaço hegemônico da literatura, como os defensores do cânone que restringem o objeto de análise literária apenas aos textos consagrados. Todavia, a Literatura Comparada tem ampliado o debate em torno do ensino de literatura quando incorpora as questões culturais como parte das tensões literárias, pois “a literatura é parte de um todo: a cultura” (Marques, 1999, p. 53). Assim, para uma abordagem historiográfica das escritoras excluídas, o ensino de literatura pode abrir o leque de temas estudados ao resgatar heranças culturais esquecidas. Todavia, sem o olhar essencialista de buscar uma “coerência ontológica”, própria das

abordagens canônicas, visto que se defende uma proposta historiográfica de resgate. Logo, ao deslocar o valor estético de lugar, a concepção do que seja literatura torna-se parte do projeto político de ensino de literatura, pois se valoriza um estudo a partir da diversidade de temas e releituras de autores/as esquecidos/as.

Vale lembrar que, além da questão do valor, o texto literário vem perdendo espaço na sociedade midiática, visto que há diversos fenômenos culturais e pedagógicos que o sufocam, como na escola, onde os textos didáticos a corrompem; na imprensa, cujas páginas literárias se estiolam; nos lazeres, local de práticas digitais que fragmentam o tempo disponível para os livros. (Compagnon, 2009, p. 21). Mesmo com esse contexto adverso, não se deve perder o foco das vantagens de se trabalhar com o texto literário, nem deixar de valorizar o lugar do escritor “que observa e compreende o mundo em que vive antes de encarnar esse conhecimento em histórias, personagens, encenações, imagens, sons” (Todorov, 2009, p. 91).

Tal proposta de um ensino de literatura pautada em questões históricas e ideológicas é um desafio, pois surge a indagação de como manter a qualidade desse ensino sem deixar de lado as especificidades do texto literário. Como saída, propõe-se a inclusão do pertencimento identitário no roteiro de recepção e interpretação para se identificar a camada ideológica explorada no texto, visto que “o ‘quê’ e o ‘como’ nas representações das ‘coisas’, mesmo admitindo uma considerável liberdade individual, são circunscritos e socialmente regulados” (Said, 1995, p. 120). Reconhecendo essa premissa, uma proposta de ensino crítico passa pela formação de leitores/as capazes de analisar as especificidades desse texto e das tensões políticas que suas representações despertam na atualidade.

Ao se incluir o debate do pertencimento identitário na revisão historiográfica, o ensino de literatura ganha mais mobilidade com as diferentes abordagens sobre as relações do texto e da cultura que giram em torno de “questões de gênero e sexualidade, identidades nacionais, colonialismo e pós-colonialismo, raça e etnicidade, além da análise de objetos de estudo de campo, como

manifestações artísticas e culturais das subculturas urbanas” (Resende, 2005, p. 256). Tal prática de inclusão é própria da agenda de re-leituras propostas pelos Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais e Estudos Gênero que articulam a leitura crítica por meio de um “processo contínuo de significação do mundo cultural e ideológico, que está sempre significando e ressignificando – esse processo é sem fim” (Hall, 2003, p. 362).

Assim, além das novas possibilidades historiográficas, os diálogos da Literatura com outros campos disciplinares também renovaram as estratégias de leitura do texto literário. Tais estratégias são múltiplas e diversificadas conforme os interesses políticos no processo de interpretação. Por exemplo, os Estudos Culturais colocam em xeque o binarismo estruturalista para aproximar a literatura da produção cultural; já o pós-colonialismo defende um análise para além da idealização da nação ao propor “o estudo das relações mútuas entre formas e produções literárias provenientes de fontes diversas e universos culturais distintos” (Coutinho, 2013, p. 35); e, também com um objetivo de revisão, o feminismo tem apresentado intervenções políticas ao resgatar diversas escritoras esquecidas pelo cânone por meio de um “trabalho árduo e extenso do feminismo histórico, um movimento que tem, uma ressonância política” (Muzart, 2011, p. 17).

Entre os campos teóricos que assumiram a revisão do cânone, destacamos, a partir deste ponto, a importância dos Estudos de Gênero para a consolidação do trabalho de resgate das escritoras silenciadas. Essa historiografia é fundamental para um novo ensino de literatura que atenda a uma demanda social de revisão das representações culturais. Tal trabalho procura organizar uma história da escritora brasileira e examina “como tais narrativas foram lidas pela crítica consagrada, como se encaixam nas correntes de sua época e como estabelecem relações com a literatura de seu tempo” (Muzart, 2011, p. 22). Dessa forma, o trabalho arqueológico possibilita a descoberta de escritoras que foram silenciadas por sua época e as re-inserem nas historiografias atuais.

Essa luta de mudanças de paradigmas estéticos

e ideológicos não é recente, visto que já fazia parte da pauta de feministas desde os tempos da Ditadura, quando esse movimento passou a ter uma face mais politizada e de luta pelos direitos da mulher (Duarte, 2007, p. 132). Nesse contexto, as diversas pesquisas sobre o resgate de escritoras brasileiras fazem parte dessa luta que, no Brasil, ganhou força nos anos 80 e tem sido importante área de pesquisa da pós-graduação em Letras. A construção dessas historiografias faz parte da agenda de professoras vinculadas ao GT da Anpoll: A mulher na literatura, como suas fundadoras: Constância Lima Duarte, Elódia Xavier, Norma Telles, Zahidé Muzart, entre tantas outras. Tais pesquisadoras têm feito um trabalho arqueológico primoroso para a renovação da história literária.

Com a aplicação pedagógica dos resultados já alcançados por essas pesquisadoras, o ensino de literatura atualiza-se e incorpora a relevância dessas historiografias, que levam em conta “a construção de uma consciência ética coletiva para a qual os saberes sobre as diferenças enquanto diferenças precisam convergir” (Schmidt, 2010, p. 184). Historicamente, vale destacar que, no processo de resgate, a Editora Mulheres, de Florianópolis, ficou conhecida pelo ineditismo de suas edições do século XIX. O maior exemplo desse trabalho se concretizou com o ressurgimento da escritora Júlia Lopes de Almeida. Com isso, tal estratégia de resgate é fundamental para a renovação da historiografia literária que, por sua vez proporciona novas pesquisas: teses, dissertações, artigos e ensaios como aconteceu com a esquecida escritora carioca.

Levando em conta tais premissas, a historiografia das escritoras brasileiras tem cumprido seu papel de resgate de artistas invisibilizadas “em consequência da utilização do gênero como uma categoria de análise” (Campello, 2010, p. 44). Nesse sentido, essas pesquisas retomam uma das premissas dos estudos de Literatura Comparada atuais, quando propõem a expansão das fronteiras do literário e reconhecem as relações de poder que sustentam o cânone nacional. Isso foi possível porque a partir do questionamento dos conceitos de “nação”, “língua” e “literariedade”, “o cânone perdeu seu sentido unívoco

e autoritário, tornando-se, tanto quanto possível, uma estrutura flexível, passível de constante reformulação” (Coutinho, 2013, p. 38).

Dentro das possibilidades historiográficas, há diversas formas de pesquisas que vão de manuais temáticos, passando pelos dicionários de escritoras, até pequenas histórias literárias de períodos específicos. Entre elas, destacamos, pela relevância e abrangência cronológica, alguns trabalhos que cumprem seu papel de ampliar as coletâneas tradicionais de Literaturas de Língua Portuguesa: as abordagens histórico-críticas de Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras* (2002); o árduo trabalho de resgate de Zahidé Lupinacci Muzart, em obra de sua organização, *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999); a perspectiva histórica de Luiza Lobo, em seu *Guia de escritoras da literatura brasileira* (2006); e o levantamento histórico feito pelas pesquisadoras Conceição Flores, Constância Lima Duarte e Zenóbia Moreira na produção do *Dicionário de escritoras portuguesas* (2009). Esses exemplos comprovam que a produção de diferentes historiografias faz parte das estratégias para a construção de um novo olhar para a história das literaturas de Língua Portuguesa.

Quanto aos resultados desse resgate, destacamos o fato de algumas escritoras, que ficaram fora da história literária, não serem envolvidas apenas com as subjetividades da literatura, pois, pelo contrário, temos muitas feministas engajadas com a luta das mulheres. Silenciadas pelas normas do campo literário de suas épocas, muitas delas apresentam a consciência da literatura como profissão, como os trabalhos pioneiros de Nísia Floresta, Maria Benetida Bormann e Inês Sabino no século XIX (Muzart, 2011, p. 25). Mesmo com a modernização e ampliação do campo cultural e do entretenimento, ainda no século XX, há exemplos de diversas escritoras que ficaram esquecidas pela historiografia oficial, como é o caso da brasileira Alina Paim e da portuguesa Judith Teixeira. Essas duas fazem parte das recentes historiografias citadas acima.

O caso da invisibilidade da portuguesa Judith Teixeira é impressionante e assustador, pois revela o quanto o campo literário é controlado pelas regras do

mercado editorial. Contemporânea de Florbela Espanca e Fernando Pessoa, Judith Teixeira foi uma pioneira na representação da homoafetividade feminina, pois incorporou as propostas futuristas de liberdade sexual para a mulher ao modelo de poesia modernista. Com isso, sua obra “escandalizou em razão do modo explícito e desassombrado como a autora fala do amor e do erotismo entre mulheres” (Flores; Duarte; Moreira, 2009, p. 148). Silenciada pelo conservadorismo lusitano, sua poesia é genial ao questionar as fronteiras sexuais e os papéis sociais das mulheres na sociedade portuguesa. Por ter sido atacada e criticada publicamente, sua obra ficou esquecida e somente há pouco tempo “voltou a despertar o interesse dos estudiosos da literatura e das editoras portuguesas.” (Flores; Duarte; Moreira, 2009, p. 149).

Além das historiografias já citadas acima, há alguns estudos sobre a literatura de autoria feminina que merecem destaque. Em estudo sobre as marcas dessa ficção no século XX, Elódia Xavier identifica a presença da violência simbólica e a falência da família patriarcal como particularidades presentes nos textos das escritoras brasileiras em *Declínio do patriarcado* (1998). Entre as escritoras estudadas, ela traça uma linha histórica de Júlia Lopes de Almeida à Lya Luft para mostrar como a família burguesa foi se esfacelando no imaginário literário. Tais narrativas “revelam sutis diferenças no desfecho das tensões dramáticas vividas pelas personagens femininas” e podem ser vistas como parte da nova identidade feminina “mais livre do peso das relações de gênero” (1998, p. 05).

Além do declínio do patriarcado, Elódia Xavier, em uma segunda pesquisa com uma dimensão histórica maior, *Que corpo é esse?* (2007), sobre a representação do corpo feminino, identifica diferentes categorias da opressão patriarcal. Do corpo “disciplinado” ao corpo “liberado”, a representação da mulher está sempre associada ao questionamento da opressão e à busca da independência feminina nas obras analisadas. Com uma perspectiva ideológica, Xavier ressalta que o corpo liberado é considerado um marco na luta feminista, pois “aparece a partir de meados do século passado, enquanto o corpo disciplinado, por exemplo, é muito frequente no

século XIX e início do XX” (2009, p. 71). Essa perspectiva histórica é fundamental para entendermos como análise literária e feminismo se confunde na crítica literária de Elódia Xavier.

Nesse estudo sobre o corpo, além das narrativas das autoras já consagradas pela crítica e pelo mercado editorial: Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, Lya Luft, entre outras, Xavier inclui o “corpo invisível” a partir das marcas da ficção de Júlia Lopes de Almeida, em seu contexto histórico do início do século XX. Sem saída para as normas sociais, Júlia Lopes de Almeida parodia o fascismo da opressão feminina por meio de uma literatura irônica em *A intrusa* (1905). Almeida faz referência à representação do corpo feminino invisível, o silenciado pelo patriarcado, pois “dentro dos princípios cristãos, preserva a dicotomia corpo/alma, privilegiando a alma em detrimento do corpo” (Xavier, 2007, p. 30-1). Com tal estudo, essa pesquisadora inclui escritoras silenciadas no sistema literário brasileiro e reconstitui valiosas peças do quebra-cabeça que é montar uma História da Autoria Feminina no Brasil.

Seguindo essa perspectiva, é possível tornar mais visíveis questões de gênero silenciadas nas abordagens tradicionais. Por exemplo, Elódia Xavier, em seu estudo detalhado sobre os diferentes tipos de corpo femininos, ressalta o quanto o corpo “disciplinado” é questionado pelas personagens das narrativas que colocam em foco a família burguesa tradicional, presentes na ficção de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Lya Luft, entre outras. Além desse corpo que está atrelado à ordem, Xavier identifica um outro que faz parte de espaços de violência física e moral. Trata-se do corpo “degenerado” que avulta as regras da opressão e do controle patriarcal; mas o mais importante, nessa visão histórica, é que a partir da incorporação das lutas feministas dos anos 60, a escritora brasileira passa a ter como meta a busca do corpo feminino “liberado”. Tal tipo de representação literária está associado à condição de liberdade da mulher que passa a ser mentora de sua vida social e psíquica (2007, p. 22). Com tal análise, Elódia Xavier ressalta o quanto a escritora brasileira apresenta uma ficção preocupada com

a crítica ao patriarcado e com a busca da independência da mulher.

Além desses dois estudos relevantes, Elódia Xavier retoma sua pesquisa sobre o corpo para propor um modelo de resgate para a obra de Alina Leite Paim. Sua proposta passa por incluir as obras dessa autora em seus estudos historiográficos. Portanto, além de incluir Júlia Lopes de Almeida na história da literatura, seus estudos merecem destaque por terem sido um dos primeiros a incluir a obra de Alina Paim no sistema literário brasileiro.

Antes de destacarmos as contribuições desse estudo, passemos a apresentação de Alina Paim, uma militante do PCB, esquecida pela história literária. Ela tem uma importante participação na vida literária e política do país. Amiga de Graciliano Ramos e Jorge Amado, com dez romances publicados entre 1944 e 1994, Alina Paim foi deixada de lado na maioria dos livros de história literária. Para Ana Leal Cardoso, pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe, que coordena esse trabalho de resgate em Sergipe, a obra Alina Paim pode ser dividida em dois seguimentos: o de grande teor social, característico de seu engajamento político e partidário; e o da introspecção, marca dos romances da maturidade dos anos 60. (2010, p.125)

Marcada por uma literatura de cunho socialista, Alina Paim foi uma escritora preocupada com denúncias, questionamentos e luta de classes, seus romances relatam “o despotismo dos fortes sobre os fracos, o amor como caminho de realização ou de destruição dos seres humanos, a desumanidade do sistema de exploração da força-trabalho, que caracteriza a sociedade brasileira em geral” (Coelho, 2002, p. 39). Entre suas principais obras, destacam-se seus romances: *Estrada da liberdade* (1944); *Simão Dias* (1949); *A Sombra do Patriarca* (1950); *A hora próxima* (1955); *Sol do meio-dia* (1961); a trilogia de Catarina composta pelos romances: *O sino e a rosa* (1965); *A chave do mundo* (1965) e *O Círculo* (1965); *A correnteza* (1979); *A sétima vez* (1994). Além dessa produção, Paim publicou livros infanto-juvenis e diversos artigos em periódicos no Rio de Janeiro, Salvador e Aracaju, cidades onde mantinha amigos e partidários das causas políticas.

Na tentativa de sistematizar as marcas estéticas da ficção de Alina Paim, Elódia Xavier ratifica a preocupação introspectiva de sua literatura, quando ressalta o quanto os três romances que compõem a trilogia de Catarina: *O sino e a rosa*, *A chave do mundo* e *O círculo*, da década de 60, aproximam-se de sua história pessoal, pois “nos faz pensar numa narrativa de natureza autobiográfica, dada a intimidade entre narrador e protagonista” (2009, p. 72). Tal aproximação entre vida e obra também é identificada por Ana Leal Cardoso que ressalta que sua “história de vida confunde-se com aquela das suas personagens, quase sempre enredadas num espaço familiar conflituoso ou no interior de algum convento” (Cardoso, 2010, p.125)

Além dessa particularidade, sua ficção é composta de “sutilezas semânticas, que exigem do leitor uma atenção redobrada para que o sentido não se perca” (Xavier, 2009, p. 77). Com esse elaborado texto de sutilezas e lutas, a obra de Alina Paim se destaca pela representação dos excluídos e da luta dos direitos da mulher. Nessa perspectiva, é possível afirmar que a mulher está no centro de sua literatura, visto que o discurso feminista sempre entrecorta as falas de suas personagens sedentas por justiça e igualdade de direitos tanto no cotidiano da família patriarcal como no espaço do trabalho. Com isso, sua obra tem uma relação com o modernismo realista e está “fundamente sintonizada com as forças transformadoras do nosso tempo” (Coelho, 2002, p. 39).

Voltando ao trabalho de resgate, destaca-se a forma como Elódia Xavier insere Alina Paim na história literária brasileira e constata que a liberdade de suas personagens é uma marca de sua ficção. Na trilogia de Catarina, a formação da mulher está em jogo de sua infância à fase adulta, portanto trata-se de um romance de formação, um *Bildungsroman* feminino. Nessa obra, depois de muitos desafios, Catarina, a protagonista dos três romances, faz uma escolha pessoal e pode ser vista “como um corpo liberado, pois quando se tem a chave do mundo, tem-se a liberdade de escolha de abrir a porta desejada. E esta liberdade vem respaldada pelo amadurecimento, pela longa e dura aprendizagem.” (Xavier, 2009, p. 78).

Ainda dentro desse trabalho de resgate, Elódia Xavier incluiu a obra *A correnteza* (1979), de Alina Paim, entre as referências da casa na representação na Literatura Brasileira. Esse estudo de Elódia Xavier (2013) abrange obras de autoria feminina do século XX e do início do século XXI. Ela identifica diversas formas de representação da casa como uma extensão das conquistas das mulheres. Xavier destaca a “casa protetora”, presente em Clarice Lispector, à “casa demolida”, marca das novas escritoras, como Tatiana Salem Levy, entre tantas outras. Quanto ao texto de Paim, essa pesquisadora identifica a presença doentia da posse da casa em *A correnteza*, que narra a ambição de Isabel ter uma casa toda sua.

Em busca de seu sonho, essa personagem passa por cima de todos. Seu desejo de ter uma casa transforma-se em um pesadelo no fim da vida, pois essa propriedade passa a funcionar como jaula. Essa forma degenerativa do espaço da casa funciona como uma crítica ao sistema capitalista, pois tem “um efeito desagregador” (Xavier, 2013, p. 52). Concluindo, sua análise dessa obra, a pesquisadora destaca a visão de uma proletária amargurada, solitária, viúva e longe dos filhos, pois ficou presa à posse de ter uma propriedade. Sufocada pelas lembranças de suas maldades, Isabel enlouquece e “tenta se salvar, saindo dali, mas está grudada às paredes, presa na casa jaula.” (Xavier, 2013, p. 55).

Com essa análise, Elódia Xavier ressalta um modelo de resgate que também inclui Alina Paim no sistema literário, pois coloca suas representações em tensão com as das escritoras contemporâneas. A partir dessa perspectiva inclusiva, suas historiografias podem ser usadas como uma metodologia de leitura literária ao resgatar escritoras esquecidas pelas historiografias tradicionais e ao debater as formas da luta das mulheres por seus direitos. Entre outros aspectos próprios da historiografia de resgate, reconhecemos que sua visão crítica é também política e revela que suas opções de pesquisa fazem parte dessa estratégia feminista de “inserção das mulheres no cânone literário” (Muzart, 2011, p. 20).

De forma interdisciplinar, como visto até aqui, os Estudos de Gênero incluem não só o estudo de obras de

autoria feminina fora do cânone, mas privilegiam uma prática ideológica de análise do texto literário, valorizando questões feministas. Nesse sentido, ressaltamos mais uma vez a proposta de releitura que explore uma perspectiva comparativa entre o texto e o passado cultural, já que “cada obra cultural é a visão de um momento, e devemos justapor essa visão às várias revisões que ela gerou” (Said, 1995, p. 105). Com o resgate das escritoras silenciadas por questões políticas, reconhece-se o papel pedagógico da historiografia como relevante para o ensino da literatura. A partir dessa valorização incondicional, “os estudos literários podem articular o seu papel educacional com uma função social de relevância”, pois abrem “o campo de reflexão e crítica às formas de silenciamento e exploração do humano” (Schmidt, 2010, p. 184).

Passando para as considerações finais, destacamos que a abertura dos estudos literários para as vozes excluídas foi provocada pela valorização de questões ideológicas e tornou-se uma estratégia legítima de ampliação do ensino de literatura. Portanto, esse trabalho historiográfico de estudo das representações femininas na literatura deve ir além das fronteiras feministas, pois se trata de um patrimônio cultural coletivo. Se no primeiro momento tais pesquisas foram encorajadas por interesses feministas, os resultados devem ser sistematizados e divulgados.

Além disso, o trabalho arqueológico das escritoras silenciadas só foi possível a partir do reconhecimento do “perfil feminino/feminista” como “elemento permanente na historiografia literária brasileira” (Campello, 2010, p. 48). Com essas constatações, consideramos o uso de historiografias, que dialogam com questões de resgate, como uma prática pedagógica revisionista que se opõe aos conceitos homogêneos consolidados pela historiografia oficial.

Essa mudança de paradigma é fundamental e deve-se muito à expansão dos estudos sobre Literatura Comparada, visto que a seleção tradicional não é mais aceita como única, pois se reconhece que o cânone nacional é “uma construção em aberto, com facetas múltiplas e diversas, variando de acordo com as necessidades de afirmação e autodefinição de cada momento.” (Coutinho, 2013, p.

29). Dentro dessa estratégia de releituras, valorizamos as questões ideológicas para que o/a leitor/a “destotalize” as interpretações historicamente impostas para retomá-las “dentro de um referencial alternativo” (Hall, 2003, p. 402). Assim, a historiografia proposta pelos Estudos de Gênero é legítima, pois ressalta esse lugar alternativo dos estudos literários.

Outra questão que não devemos perder de vista é a necessidade de irmos além do meio acadêmico universitário. Para isso, pensamos em uma abordagem interdisciplinar dessa prática de ensino que revise também a forma como nossas pesquisas são produzidas e divulgadas, evitando nos fecharmos em produção de livros feitos na academia e para a academia. Por uma abordagem democrática da educação, as questões de gênero, sejam as historiográficas, sejam as ideológicas, não podem ficar de fora de uma proposta inovadora para o ensino de literatura. Vale finalizar, retomando a fala de Constância Lima Duarte, que ainda há muito para ser alcançado na luta pelos direitos da mulher, pois basta nos lembrarmos do “salário inferior, da presença desigual de mulheres em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso de força física” (Duarte, 2007, p.133)

REFERÊNCIAS

- CAMPELLO, Eliane. Um novo perfil para a historiografia literária: escritoras brasileiras. In SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.) *Sob o signo do presente: intervenções comparatistas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010, p. 43-54.
- CARDOSO, Ana Maria Leal. Alina Paim - uma romancista esquecida nos labirintos do tempo. In *Aletria*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, vol. 20, 2010, p.125-132.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: 1971 – 2001*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COUTINHO, Eduardo. O conceito de “Literatura Nacional” e a crise da identidade na América Latina. In LÚCIO, Ana Cristina Martins; e MACIEL, Diógenes André Vieira (Orgs).

- Memórias da borboleta: reflexões em torno de regional*.
Campina Grande: ABRALIC, 2013, p. 27-41.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DUARTE, Constância Lima. Pequena história do feminismo no Brasil. In CARDOSO, Ana Leal; GOMES, Carlos Magno. *Do imaginário às representações na literatura*. São Cristóvão: Ed UFS, 2007, p. 125-134.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Gaurdia Resende et alli. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FLORES, Conceição; DUARTE, Constância; MOREIRA, Zenóbia. *Dicionário de escritoras portuguesas*. Florianópolis: Mulheres, 2009.
- MARQUES, Reinaldo. Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares. In: CARVALHAL, Tânia (Org.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. A ascensão das mulheres no romance. In ALVES, Aline et al. (Orgs) *A escritura no feminino: aproximações*. Florianópolis: Mulheres, 2011, p. 17-27.
- RESENDE, Beatriz. Os estudos culturais e a política dos saberes. In GUINSBURG, J. e BARBOSA, Ana Mae (orgs.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005, 245-259.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottamn, São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e Margens: Notas sobre a historiografia literária. In DALCASTAGNÉ, Regina; LEAL, Virgínia (orgs) *Deslocamentos de gênero na narrativa Brasileira contemporânea*. São Paulo: Horizonte, 2010, p. 174-187.
- TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em perigo*. Trad. De Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos. 1998.
- XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Ed. Brasil, 2007.
- XAVIER, Elódia. A construção de um corpo liberado: a trilogia Catarina, de Alina Paim. In *Cadernos de Literatura Contemporânea*. Brasília: TEL/UnB, vol. 33. 2009, p. 71-80.
- XAVIER, Elódia. *A casa na ficção de autoria feminina*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

